



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570189 - SP (2020/0078563-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PAULO EVANGELOS LOUKANTOPOULOS
ADVOGADO : PAULO EVANGELOS LOUKANTOPOULOS - SP142255
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO AVERSA JÚNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de RICARDO AVERSA JÚNIOR contra decisão liminar proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2054768-41.2020.8.26.000).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais indeferiu o pleito de regime aberto ao paciente (e-STJ fl. 65).

Inconformada, a defesa impetrou o *writ* perante a Corte estadual, cuja liminar foi indeferida (e-STJ fl. 12).

Neste *mandamus*, a defesa alega que o paciente possui todos os requisitos para a concessão ao regime aberto - lapso temporal desde 25/1/2020, atestado de bom comportamento carcerário e ausência de faltas disciplinares.

Reforça a natureza declaratória da decisão judicial que concede a progressão.

Afirma que aspectos como a quantidade de pena ainda a cumprir e a condição de criminoso habitual não devem ser levados em conta pelo magistrado, para a progressão de regime.

Ressalta que o paciente já interpôs agravo à execução sob o n. 0003176-11.2020.8.26.0996, datado de 21/03/2020, porém, como há morosidade na apreciação do recurso, impetrou também o remédio heroico em caráter liminar.

Nesses termos, pede, liminarmente e no mérito, que o paciente cumpra o restante de sua pena no regime mais ameno, ou, de forma subsidiária, que sejam fixadas condições estabelecidas no art. 115 da Lei de Execuções Penais.

É o relatório. **Decido.**

Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (Súmula 691) e por este Superior Tribunal de Justiça, não se admite habeas corpus contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

No entanto, **visualizo manifesta ilegalidade** no ato ora impugnado a justificar a superação da Súmula supracitada.

O Juízo singular indeferiu o pedido de progressão ao regime aberto, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 65):

*A despeito do cumprimento do requisito objetivo e em que pese a atual boa conduta carcerária do apenado, observo que o requerente não preenche o requisito de ordem subjetiva. Ademais, **tratando-se de prática de roubo (crimes praticados com violência ou grave ameaça), possuindo considerável pena por cumprir, resta demonstrada a necessidade de permanecer maior período no cárcere, visando absorver a terapia penal e revelar seu merecimento à progressão para regime mais brando.***

Como se pode ver, o magistrado primevo não utilizou fundamentos concretos, relacionados ao cumprimento da pena corporal, para justificar o indeferimento ao regime mais ameno.

Ao contrário, destacou apenas elementos abstratos, relacionados ao tipo penal do crime cometido e ao tempo de pena ainda a cumprir.

No entanto, este Tribunal pacificou entendimento no sentido de que fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime ou livramento condicional, de modo que o direito à progressão de regime não pode ser obstado somente com base em elementos abstratos.

Confira-se:

*EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. ART. 112 DA LEP. INDEFERIMENTO. GRAVIDADE ABSTRATA E HEDIONDEZ DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. DESNECESSIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Não é vedado ao órgão julgador determinar a submissão do apenado ao exame criminológico, desde que o faça de maneira fundamentada, em estrita observância à garantia constitucional de motivação das decisões judiciais, expressa no art. 93, IX, bem como à própria previsão do art. 112, § 1º, da Lei de Execução Penal: "A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor." 2. **Indeferimento da progressão de regime***

fundamentado de forma inidônea pelo pelo Tribunal a quo, no sentido do não atendimento do requisito subjetivo, com base na gravidade abstrata e na hediondez do delito praticado. Ocorrência de constrangimento ilegal. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no HC 489.268/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 19/03/2019)

AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITOS ADIMPLIDOS. CASSAÇÃO COM FULCRO NA GRAVIDADE EM ABSTRATO DO DELITO, LONGA PENA RESTANTE A CUMPRIR E FALTA ANTIGAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Para a concessão da progressão de regime, é necessário o preenchimento dos requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário), nos termos do art. 122 da Lei de Execução Penal. 2. No caso, as instâncias ordinárias, ao afirmarem que não estava demonstrada a presença do requisito de ordem subjetiva para a progressão ao regime semiaberto em razão de pena longa a cumprir, da gravidade abstrata dos delitos e do cometimento de faltas graves antigas, adotaram fundamentação inidônea para negar ao paciente a progressão de regime prisional, sobretudo se o sentenciado foi avaliado como tendo boa conduta carcerária. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 457.791/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. CONCESSÃO PELO JUÍZO DE 1º GRAU. DECISÃO CASSADA PELO TRIBUNAL A QUO. DETERMINAÇÃO DE QUE O PACIENTE SEJA SUBMETIDO A EXAME CRIMINOLÓGICO. GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS PRATICADOS. LONGA PENA A CUMPRIR. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA DE OFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DESPROVIDO.

I - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos.

II - No caso, o eg. Tribunal a quo cassou a r. decisão que deferiu a progressão de regime ao paciente e determinou a realização de exame criminológico, com fundamento, apenas, na gravidade abstrata dos crimes praticados e na longa pena a cumprir, não apontando elementos concretos ocorridos durante a execução da pena, aptos a impedir o benefício.

III - Dessarte, foi concedida a ordem, de ofício, para cassar o v. acórdão proferido no agravo em execução e restabelecer a r. decisão do d. Juízo das execuções que concedeu a progressão ao regime semiaberto ao paciente, em razão da constatação da flagrante ilegalidade. Agravo regimental do Ministério Público Federal desprovido. (AgRg no HC 553.355/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 18/03/2020)

Os aspectos concretos dos autos revelam, também, a plausibilidade do direito

ao benefício, tendo em vista a ausência de registro de infrações disciplinares, no Boletim Informativo (e-STJ fls. 29/31), bem como o relatório conjunto de avaliação, que aponta condições e características positivas do detento (e-STJ fl. 38).

Além disso, em razão do estado de emergência em que o país vive, por conta da pandemia do coronavírus, estabeleceu o art. 5º da Resolução n. 62, de 18 de março de 2020, do CNJ, o qual recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, *in verbis*:

Art. 5º Recomendar aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas: [...] III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução; (grifei)

Assim, nos termos da norma acima transcrita, o ora paciente, que no mínimo tem direito a permanecer no regime semiaberto, deve cumprir a pena em prisão domiciliar, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução.

Ante o exposto, **defiro a liminar, com superação da Súmula 691/STF**, para conceder ao ora paciente a prisão domiciliar, mediante condições a serem definidas pelo Juízo das Execuções Criminais, inclusive monitoramento eletrônico, se possível, independentemente de saída antecipada de outrem, considerando o teor da Recomendação n. 62/20 - CNJ; bem como para que o referido Juízo reavalie, de forma concreta, o requisito subjetivo para a progressão do sentenciado ao regime aberto.

Comunique-se a presente decisão, com urgência.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator